

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL

RESUMO DOS PRINCIPAIS TÓPICOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	53
1. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO; CLASSIFICAÇÕES; ESTRUTURA	53
1.1. CONCEITO	53
1.2. NEOCONSTITUCIONALISMO	54
1.3. PRINCIPAIS CLASSIFICAÇÕES	54
1.4. ESTRUTURA E ELEMENTOS	55
2. APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	56
3. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS: MÉTODOS E PRINCÍPIOS.	57
3.1. MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	57
3.2. PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	58
3.3. A SOCIEDADE ABERTA DOS INTÉRPRETES DA CONSTITUIÇÃO	59
4. PODER CONSTITUINTE	59
4.1. PODER CONSTITUINTE ORIGINÁRIO (PCO)	59
4.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO OU SECUNDÁRIO	60
4.2.1. PODER CONSTITUINTE DERIVADO DECORRENTE	60
4.2.2. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REFORMADOR	60
4.2.2.1. REQUISITOS	60
4.2.3. PODER CONSTITUINTE DERIVADO REVISOR	61
4.3. PODER CONSTITUINTE DIFUSO	61
4.4. PODER CONSTITUINTE SUPRANACIONAL	61
5. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 1º AO 4º DA CF/88)	62
6. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA (MARCELO NEVES)	63

7.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	63
7.1.	MOMENTOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	64
7.2.	SISTEMAS	64
7.3.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – ADI	66
7.4.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE – ADC OU ADECON	68
7.5.	AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO – ADO	68
7.6.	ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – ADPF	69
7.7.	ADI INTERVENTIVA OU REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDA- DE INTERVENTIVA	70
8.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE ABSTRATO NO PLANO ESTADUAL	71
8.1.	OBJETO: APENAS LEI OU ATO NORMATIVO ESTADUAL OU MUNICIPAL ..	71
8.2.	LEGITIMADOS	71
8.3.	NORMAS DE REPRODUÇÃO OBRIGATÓRIA	72
8.4.	ADIS SIMULTÂNEAS (<i>SIMULTANEUS PROCESSUS</i>)	72
9.	ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL É FORMADA PELA UNIÃO INDISSOLÚVEL DOS ESTADOS E MUNICÍ- PIOS E DO DF (ART. 1º DA CF)	73
9.1.	ESTADO FEDERAL BRASILEIRO	73
9.2.	REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS	73
9.3.	INTERVENÇÃO NOS ESTADOS E NOS MUNICÍPIOS	76
10.	ORGANIZAÇÃO DOS PODERES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	77
10.1.	PODER EXECUTIVO	77
10.2.	PODER LEGISLATIVO	79
10.3.	PODER JUDICIÁRIO	83
11.	DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS (TÍTULO II DA CF)	90
11.1.	CONCEITO	90
11.2.	EVOLUÇÃO (GERAÇÕES OU DIMENSÕES DOS DIREITOS FUNDAMEN- TAIS)	90
11.3.	CARACTERÍSTICAS	91
11.4.	TITULARIDADE E DESTINATÁRIOS	91
11.5.	LIMITES	92
11.6.	DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF) ...	92
11.7.	FEDERALIZAÇÃO DE CRIMES GRAVES CONTRA OS DIREITOS HUMA- NOS	96
11.8.	DOS DIREITOS SOCIAIS (ARTS. 6º AO 11 DA CF)	96

11.9. DIREITOS DE NACIONALIDADE	98
11.10. DOS DIREITOS POLÍTICOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS	98
12. REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	100
12.1. MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX E LXX, DA CF E LEI Nº 12.016/09)	100
12.1.1. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	100
12.1.2. LIMINAR EM MS	101
12.1.3. PRINCIPAIS SÚMULAS E JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	101
12.2. MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, DA CF E LEI Nº 13.300/2016)	102
12.2.1. LEGITIMADOS	102
12.2.2. MI COLETIVO	102
12.2.3. MI E TUTELA DE URGÊNCIA	103
12.2.4. EFICÁCIA DA DECISÃO EM MI	103
12.2.5. ADVENTO DA NORMA REGULAMENTADORA	103
12.3. HABEAS DATA (ART. 5º, LXXII, DA CF E LEI Nº 9.507/97)	104
12.4. HABEAS CORPUS (ART. 5º, LXVIII, DA CF E CPP)	104
12.5. AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, DA CF E LEI Nº 4.717/1965)	105
12.5.1. LEGITIMIDADE ATIVA	105
12.5.2. OBJETIVO	105
12.5.3. ASPECTOS PROCESSUAIS	105
12.6. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – ACP (ART. 129, III, DA CF E LEI Nº 7.347/85)	105
13. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	106
13.1. DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CF/88	106
13.2. DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS	107

DIREITOS HUMANOS

1. TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS	111
1.1. CONCEITO DE DIREITOS HUMANOS. DISTINÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS	111
1.2. FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS	111
1.3. TIPOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS	111
1.4. FONTES DOS DIREITOS HUMANOS	112
1.5. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS	113
1.6. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS	115
1.7. GERAÇÕES (OU DIMENSÕES) DOS DIREITOS HUMANOS	117
1.8. A INTERPRETAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	118
2. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (DIDH)	118

2.1.	PRECEDENTES HISTÓRICOS DO DIDH	118
2.2.	SISTEMA GLOBAL E SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	120
2.3.	MECANISMOS GLOBAIS CONVENCIONAIS E NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	120
2.4.	A RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DOS ESTADOS EM CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	121
2.5.	A EXECUÇÃO DE DECISÕES ORIUNDAS DE TRIBUNAIS INTERNACIONAIS NO BRASIL	122
2.6.	MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS NO PLANO INTERNACIONAL	122
2.7.	SUBSIDIARIEDADE DA ATUAÇÃO DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS NA RESPONSABILIZAÇÃO DOS ESTADOS PELA VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA O RECEBIMENTO DAS DENÚNCIAS NO PLANO INTERNACIONAL	123
3.	O SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	124
3.1.	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)	124
3.1.1.	A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH) DE 1948	124
3.1.2.	A DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE DIREITOS (“INTERNATIONAL BILL OF RIGHTS”) DE 1966. O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS (PIDCP) E O PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS (PIDESC)	125
3.2.	O TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (TPI)	127
3.3.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	128
3.3.1.	CONVENÇÃO PARA A PREVENÇÃO E PUNIÇÃO AO CRIME DE GENOCÍDIO	128
3.3.2.	CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS E O PROTOCOLO FACULTATIVO SOBRE O ESTATUTO DOS REFUGIADOS	129
3.3.3.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL	130
3.3.4.	CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	131
3.3.5.	CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	132
3.3.6.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E OS SEUS PROTOCOLOS FACULTATIVOS	133

3.3.7.	CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O SEU PROTOCOLO FACULTATIVO	134
3.3.8.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE TODOS OS TRABALHADORES MIGRANTES E DOS MEMBROS DAS SUAS FAMÍLIAS	135
3.3.9.	DECLARAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS	135
3.3.10.	A DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE O AMBIENTE HUMANO	136
3.3.11.	CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA	140
4.	O SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	140
4.1.	A CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA)	140
4.2.	O PROTOCOLO DE SAN SALVADOR	141
4.3.	A COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	142
4.3.1.	COMPOSIÇÃO, FUNÇÕES E MECANISMOS DE MONITORAMENTO	142
4.3.2.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DAS DENÚNCIAS FEITAS À COMISSÃO	143
4.3.3.	MEDIDAS CAUTELARES	144
4.3.4.	O PROCESSAMENTO DO FEITO PERANTE A COMISSÃO	144
4.4.	CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	145
4.5.	BREVE SUMÁRIO DOS JULGAMENTOS DE CASOS BRASILEIROS LEVADOS À CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	147
4.6.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS ESPECÍFICOS DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS	148
4.6.1.	PROTOCOLO À CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS REFERENTE À ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE	148
4.6.2.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA	148
4.6.3.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR, PUNIR E ERADICAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ)	149
4.6.4.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE O DESAPARECIMENTO FORÇADO DE PESSOAS	152
4.6.5.	CONVENÇÃO INTERAMERICANA SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA	153
4.6.6.	CARTA DEMOCRÁTICA DA OEA	154
5.	OS DIREITOS HUMANOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	159
5.1.	A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E OS DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	159

5.2.	A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS. TEORIAS MONISTA E DUALISTA. A HIERARQUIA DOS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	160
5.3.	CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE	162
5.4.	A FEDERALIZAÇÃO DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS (INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA – IDC)	163
5.5.	A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE	163
6.	DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS E DE VÍTIMAS DE INJUSTIÇAS HISTÓRICAS	166
6.1.	POVOS INDÍGENAS	166
6.2.	POPULAÇÃO NEGRA	169
6.3.	QUILOMBOLAS	171
6.4.	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	174
6.5.	IDOSO	177
6.6.	LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS E TRANSGÊNEROS: O DIREITO À IDENTIDADE DE GÊNERO	179
7.	O ACESSO À JUSTIÇA NO ÂMBITO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. AS “100 REGRAS DE BRASÍLIA” SOBRE ACESSO À JUSTIÇA DAS PESSOAS EM CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE	183

DIREITO ADMINISTRATIVO

1.	INTRODUÇÃO	189
1.1.	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	190
2.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	205
2.1.	PRINCÍPIOS	206
2.2.	PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE PÚBLICA	206
2.2.1.	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	207
2.2.2.	ÓRGÃOS PÚBLICOS	207
2.2.3.	ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	208
2.2.3.1.	AUTARQUIAS	210
2.2.3.2.	AUTARQUIAS PROFISSIONAIS	212
2.2.3.3.	AUTARQUIAS EM REGIME ESPECIAL	213
2.2.3.4.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS	214
2.2.3.5.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PRIVADO	214
2.2.3.6.	FUNDAÇÕES PÚBLICAS DE DIREITO PÚBLICO	215
2.2.3.7.	EMPRESAS ESTATAIS	215
2.2.4.	CONSÓRCIOS PÚBLICOS	217

3.	PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	219
3.1.	USO E ABUSO DE PODER	220
3.2.	DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO	220
3.3.	CONTROLE JUDICIAL DA ATIVIDADE ADMINISITRATIVA DISCRICIONÁ- RIA	220
3.4.	PODERES ADMINISTRATIVOS	221
4.	ATOS ADMINISTRATIVOS	230
4.1.	ATOS VINCULADOS E ATOS DISCRICIONÁRIOS	231
4.2.	ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO	232
4.3.	ATRIBUTOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	237
4.4.	ESPÉCIES DE ATOS ADMINISTRATIVOS	242
4.5.	EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	248
5.	PROCESSO ADMINISTRATIVO	254
5.1.	FINALIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	255
5.2.	PRINCÍPIOS APLICAVEIS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO	256
5.3.	FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO	258
6.	LICITAÇÃO	261
6.1.	PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO	262
6.2.	TIPOS DE LICITAÇÃO	263
7.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	281
7.1.	GARANTIA	284
7.2.	CLÁUSULAS EXORBITANTES	286
7.3.	ALTERAÇÃO CONTATUAL POR VONTADE DAS PARTES	288
7.4.	EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	289
7.5.	DURAÇÃO	290
7.6.	FORMAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO	291
7.7.	CONVÊNIOS	292
8.	SERVIÇOS PÚBLICOS	297
8.1.	ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA	299
8.2.	PRINCÍPIOS	299
8.3.	FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	301
8.4.	DELEGAÇÃO CONTRATUAL DE SERVIÇOS	302
8.5.	CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	302
8.6.	PARCERIA PÚBLICO PRIVADA	307
8.7.	PERMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	309
8.8.	AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	309

9. BENS PÚBLICOS	314
10. AGENTES PÚBLICOS	324
10.1. CLASSIFICAÇÃO DE AGENTES	325
10.2. CARGO PÚBLICO, EMPREGO PÚBLICO E FUNÇÃO PÚBLICA	328
10.3. ESTABILIDADE	334
10.4. PROVIMENTO	336
10.5. PENALIDADES	338
10.6. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	339
11. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	355
11.1. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PROPRIAMENTE DITO (PAD)	356
11.2. IMPUGNAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO JULGAMENTO	358
12. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO	359
12.1. HISTÓRICO: EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	359
12.2. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	360
12.3. AGENTES DA RESPONSABILIDADE CIVIL	360
12.4. RESPONSABILIDADE OBJETIVA	361
12.5. TEORIAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	362
12.6. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO DO ESTADO	363
12.7. RESPONSABILIDADE POR OMISSÃO E TEORIA DO RISCO CRIADO (RIS- CO SUCITADO)	363
12.8. INDENIZAÇÃO	364
12.9. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO ESTADO	364
12.10. RESPONSABILIDADE DO AGENTE PÚBLICO	365
12.11. DENUNCIÇÃO À LIDE DO AGENTE PÚBLICO	365
12.12. DOLO E ERRO GROSSEIRO	365
12.13. PRAZO PRESCRICIONAL	366
13. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	367
13.1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS	368
13.2. MODALIDADES DE INTERVENÇÃO	368
14. DESAPROPRIAÇÃO – ASPECTOS GERAIS	369
14.1. DESAPROPRIAÇÃO COMUM	370
14.2. DESAPROPRIAÇÃO ESPECIAL URBANA	371
14.3. DESAPROPRIAÇÃO ESPECIAL RURAL	372
14.4. DESAPROPRIAÇÃO CONFISCO	373
14.5. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO	375
14.6. DA IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE	376

14.7. DA CORREÇÃO MONETÁRIA	377
14.8. DOS JUROS COMPENSATÓRIOS	377
14.9. DOS JUROS MORATÓRIOS	377
14.10. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	377
14.11. DA AÇÃO DE DESPROPRIAÇÃO RURAL	378
14.12. DA DESPROPRIAÇÃO PRIVADA	379
14.13. DA DESPROPRIAÇÃO INDIRETA	379
14.14. DO DIREITO DE EXTENSÃO	380
14.15. DA TREDESTINAÇÃO E RETROCESSÃO	381
14.16. DA DESAPROPRIAÇÃO POR ZONA	381
14.17. DA DESAPROPRIAÇÃO DE DOMÍNIO ÚTIL	382
14.18. DA LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA	382
14.19. DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	383
14.20. DA SERVIDÃO ADMINISTRATIVA X DA SERVIDÃO CIVIL	384
14.21. TOMBAMENTO	385
14.22. TOMBAMENTO X SERVIDÃO ADMINISTRATIVA	388
14.23. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA	388
14.24. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA	388
15. ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	391
15.1. O ESTADO REGULADOR E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO NORMATIVA	392
15.2. A ORDEM ECONÔMICA E SEUS FUNDAMENTOS	392
15.2.1. FUNDAMENTOS	392
15.2.2. PRINCÍPIOS DA ORDEM ECONÔMICA	393
15.3. FORMAS DE ATUAÇÃO DO ESTADO	393
15.3.1. ESTADO REGULADOR	393
15.3.2. COMPETÊNCIAS PARA INTERVENÇÃO	394
15.3.3. ESTADO EXECUTOR	394
15.4. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS PELO ESTADO	395
15.4.1. SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO	395
15.4.2. ENTIDADES DE APOIO	395
15.4.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (OS)	396
15.4.4. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIP)	397
15.4.5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)	397
15.4.5.1. CHAMAMENTO PÚBLICO	398
15.4.5.2. DO TERMO DE COLABORAÇÃO E DO TERMO DE FO- MENTO	398

15.4.5.3.	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	399
15.4.5.4.	DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DO CHAMAMENTO PÚBLICO	399
15.4.5.5.	REQUISITOS PARA CELEBRAR PARCERIAS	399
15.4.5.6.	LIBERAÇÃO DE RECURSOS PELO ENTE ESTATAL E SUA APLICAÇÃO	400
54.4.5.7.	GASTOS EFETIVADOS PELA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	401
15.4.5.8.	PRESTAÇÃO DE CONTAS	401
15.4.5.9.	RESPONSABILIZAÇÃO DA OSC E APLICAÇÃO DE PENALIDADE	401
16.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	402
16.1.	CLASSIFICAÇÕES	403
16.2.	CONTROLE ADMINISTRATIVO	405
16.3.	CONTROLE LEGISLATIVO	407
16.4.	CONTROLE JUDICIAL	409
17.	ATIVIDADE DA DEFENSORIA PÚBLICA	420

DIREITO TRIBUTÁRIO

1.	CONCEITO DE TRIBUTO	425
1.1.	PARA TRIBUTOS FEDERAIS	425
2.	CARACTERÍSTICAS DO TRIBUTO	429
2.1.	VINCULADOS OU NÃO-VINCULADOS	429
2.1.1.	FISCAIS, EXTRAFISCAIS E PARAFISCAIS	429
2.1.2.	REAIS E PESSOAIS	429
2.2.	ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	430
3.	ESPÉCIES DE TRIBUTOS	431
3.1.	IMPOSTO (ART. 16 CTN E ART. 145, I, CF)	431
3.2.	TAXAS (ART. 145, II, CF E ARTS. 77 A 79 DO CTN)	431
3.3.	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 145, III, CF E ARTS. 81 E 82, CTN)	434
3.4.	EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO (ART. 148, CF E ART. 15, CTN)	435
3.5.	CONTRIBUIÇÕES ESPECIAIS (ARTS. 149, 149-A E 195, CF)	436
4.	COMPETÊNCIA E CAPACIDADE TRIBUTÁRIA	437
4.1.	COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	437
4.1.1.	ESPÉCIES DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA	437

4.2.	COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE O DIREITO TRIBUTÁRIO	437
4.3.	COMPETÊNCIA X CAPACIDADE TRIBUTÁRIA ATIVA	438
5.	REPARTIÇÃO DE RECEITAS	438
6.	FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	440
6.1.	FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	440
6.1.1.	FONTES PRIMÁRIAS (PRINCIPAIS)	440
6.1.2.	FONTES SECUNDÁRIAS (COMPLEMENTARES)	440
6.2.	LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	440
6.2.1.	CONSTITUIÇÃO FEDERAL	441
6.2.2.	EMENDAS CONSTITUCIONAIS	441
6.2.3.	LEI COMPLEMENTAR	441
6.2.4.	LEI ORDINÁRIA	442
6.2.5.	MEDIDA PROVISÓRIA	442
6.2.6.	TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS	442
6.2.7.	DECRETOS	442
6.2.8.	LEIS DELEGADAS	442
6.2.9.	RESOLUÇÕES	443
6.2.10.	ATOS NORMATIVOS	443
6.2.11.	DECISÕES ADMINISTRATIVAS	443
6.2.12.	PRÁTICAS REITERADAS	443
6.2.13.	DECISÕES JUDICIAIS	443
6.2.14.	CONVÊNIOS	443
6.2.15.	NORMAS COMPLEMENTARES	444
7.	VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.	444
7.1.	VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	444
7.2.	APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	444
7.3.	INTERPRETAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA	445
7.4.	INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA	445
8.	LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	446
8.1.	PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (ART. 150, I DA CF)	446
8.2.	PRINCÍPIO DA ISONOMIA (150, II, CF)	447
8.3.	PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA (ART. 145, §1º, CF)	448
8.3.1.	PROGRESSIVIDADE NO IPTU	449
8.3.2.	SELETIVIDADE	449
8.4.	PRINCÍPIO DA UNIFORMIDADE GEOGRÁFICA (ART. 151, I, CF)	450
8.5.	PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE (ART. 150, III, B E C, CF)	450

8.5.1.	ANTERIORIDADE GERAL (OU DE EXERCÍCIO)	450
8.5.2.	ANTERIORIDADE NONAGESIMAL (MITIGADA OU NOVENTENA)	451
8.5.2.1.	EXCEÇÃO DA NOVENTENA DE FIM DO ANO (APLICAÇÃO EXCLUSIVA DA ANTERIORIDADE GERAL)	452
8.6.	PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO (ART. 150, IV, CF)	452
8.7.	PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE TRÁFEGO (ART. 150, V, CF)	453
8.8.	PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA LEI TRIBUTÁRIA (ART. 150, III, A, CF)	453
9.	IMUNIDADES	455
9.1.	NÃO INCIDÊNCIA	455
9.2.	ISENÇÃO	455
9.3.	ALÍQUOTA ZERO	455
9.4.	IMUNIDADE	455
9.4.1.	IMUNIDADE RECÍPROCA (150, VI, A, CF)	456
9.4.2.	IMUNIDADE DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO (ART.150, VI, B, CF)	457
9.4.3.	IMUNIDADE DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS SEM FINS LUCRATIVOS (ART. 150, VI, C, CF)	457
9.4.4.	IMUNIDADE DAS INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS (ART. 150, VI, C, CF)	458
9.4.5.	IMUNIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 150, VI, 'C' DA CF)	458
9.4.6.	IMUNIDADE DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES (ART. 150, VI, C, CF)	459
9.4.7.	IMUNIDADE CULTURAL (ART. 150, VI, D, CF)	459
9.4.8.	IMUNIDADE DE MÍDIA ÁUDIO VISUAL PRODUZIDA NO BRASIL (ART. 150, VI, E, CF)	460
9.5.	IMUNIDADES ESPECÍFICAS (OU ESPECIAIS)	461
9.5.1.	IMUNIDADE DO ITR (ARTIGO 153, §4º, II DA CF)	461
9.5.2.	IMUNIDADE DO ITBI (ART. 156, §2º, II, CF)	461
9.5.3.	IMUNIDADE DO IPI (ART. 153, §3º DA CF)	462
9.5.4.	IMUNIDADE DO ICMS (ART. 155, X, CF)	462
9.5.5.	IMUNIDADE DO IOF (ART. 153, §5º DA CF)	463
10.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	463
10.1.	OBRIGAÇÃO PRINCIPAL	464
10.2.	OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	464

11. REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA	465
11.1. ASPECTO MATERIAL	465
11.2. ASPECTO QUANTITATIVO	466
11.3. ASPECTO ESPACIAL	466
11.4. ASPECTO TEMPORAL	466
11.5. ASPECTO PESSOAL	467
12. EVASÃO, ELISÃO E ELUSÃO FISCAL	467
12.1. EVASÃO FISCAL	467
12.2. ELISÃO FISCAL	468
12.3. ELUSÃO FISCAL	468
13. SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 124 E 125, CTN)	468
13.1. SOLIDARIEDADE EM CASOS DE ISENÇÃO E REMISSÃO PESSOAL	469
14. CAPACIDADE TRIBUTÁRIA PASSIVA (ART. 126 DO CTN)	470
15. DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (ART. 127, CTN)	471
16. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 128 A 137, CTN)	472
16.1. RESPONSABILIDADE POR SUBSTITUIÇÃO (ART. 128, CTN)	472
16.1.1. SUBSTITUIÇÃO PARA TRÁS	473
16.1.2. SUBSTITUIÇÃO PARA FRENTE	474
16.2. RESPONSABILIDADE POR TRANSFERÊNCIA (ART. 131, I, CTN)	474
16.3. RESPONSABILIDADE DOS SUCESSORES (ARTS. 129 A 133, CTN)	474
16.4. RESPONSABILIDADE POR TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL (ART. 132, CTN)	475
16.5. RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS (ARTS. 134, VII E 135, CTN)	476
16.6. RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS (ART. 134, CTN)	476
16.7. RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO (ARTS. 136 E 137, CTN)	477
16.8. DENÚNCIA ESPONTÂNEA (ART. 138, CTN)	477
17. CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 140 E 141, CTN)	478
18. GARANTIAS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	478
18.1. ORDEM DE PREFERÊNCIA (PRIVILÉGIOS) DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 183 A 193, CTN)	480
18.1.1. SEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL: (A EMPRESA ESTÁ COM DIFICULDADE FINANCEIRA, PORÉM AINDA NÃO HÁ NENHUM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO OU FALÊNCIA EM TRÂMITE), A ORDEM DE CRÉDITOS A SEREM PAGOS	480
18.1.2. COM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	480
19. SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	481
19.1. EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 175 A 182, CTN)	481
19.1.1. ANISTIA (ARTS. 175, 180 E 182, CTN)	481

19.1.2. ISENÇÃO (ARTS.176, 178 E 104, CTN)	481
19.1.2.1. ISENÇÃO POR TEMPO INDETERMINADO	482
19.1.2.2. ISENÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	482
19.1.2.3. ISENÇÃO CONDICIONAL (ONEROSA)	482
19.2. SUSPENSÃO DE EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART.151, CTN)	482
19.2.1. MORATÓRIA (ART. 151, I, 152 A 155 DO CTN)	483
19.2.2. PARCELAMENTO (ART. 151, VI, 155-A, CTN)	483
19.2.3. DEPÓSITO DO MONTANTE INTEGRAL (ART. 151, II, CTN)	483
19.2.4. RECLAMAÇÃO ADMINISTRATIVA (ART. 151, III, CTN)	483
19.2.5. LIMINAR OU TUTELAS ANTECIPADAS (ARTS. 151, IV E V DO CTN)	484
19.3. EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 156, CTN)	484
19.3.1. PAGAMENTO	484
19.3.2. PAGAMENTO ANTECIPADO (ART. 156, VII, CTN)	484
19.3.3. COMPENSAÇÃO (ARTS.156, II, 170 E 170-A, CTN)	484
19.3.4. TRANSAÇÃO (ARTS. 156, III E 171, CTN)	484
19.3.5. REMISSÃO (ARTS. 155, 156, IV, 172, CTN)	485
19.3.6. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA (ART.156, VI, CTN)	485
19.3.7. TRÂNSITO EM JULGADO (ART. 156, IX E X, CTN)	485
19.3.8. DAÇÃO EM PAGAMENTO (ART. 156, XI, CTN)	485
19.3.9. DECADÊNCIA (ARTS. 150, § 4º, 156, V, 173, I, CTN)	485
19.3.10. PRESCRIÇÃO (ART. 156, V, 174, CTN E 40, § 4º, LEF)	486
19.3.10.1. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (ART. 40, § 4º, LEF)	486
19. IMPOSTOS EM ESPÉCIE	487
20.1. IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (ICMS)	487
20.2. IR RETIDO NA FONTE (IRRF)	489
20.3. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA RETIDA NA FONTE	490
20.4. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO DE QUALQUER BENS OU DIREITOS (ITCMD)	491
20.5. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (IPVA)	492
21. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (ARTS. 194 A 208, CTN)	492
22. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO	494

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

1. ACESSO À JUSTIÇA, DEFESA TÉCNICA DOS HIPOSSUFICIENTES E REDE GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA PARA A APLICAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (1948) E CONVENÇÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA, 1969)	497
--	-----

2. ASPECTOS RELEVANTES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA NO BRASIL	498
3. OS MODELOS TEÓRICOS DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	500
4. INTERPRETAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, O DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, E DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL	501
5. A DEFENSORIA PÚBLICA NO SISTEMA CONSTITUCIONAL DE JUSTIÇA	503
5.1. A DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS	504
6. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA E GRATUIDADE JUDICIÁRIA	505
7. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA (LEI COMPLEMENTAR Nº 80/94, ATUALIZADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 132/09)	506
8. LEI NACIONAL Nº 1.060/50	508
9. LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS (LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 130/2017)	509
10. JURISPRUDÊNCIA EM TESES E ENUNCIADOS DE SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SOBRE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA	523
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	525

DIREITO CIVIL

1. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	529
1.1. NATUREZA JURÍDICA DA LEI	529
1.2. VIGÊNCIA	529
1.3. REVOGAÇÃO DAS LEIS	529
1.4. REPRISTINAÇÃO	529
1.5. CARACTERÍSTICAS DA NORMA JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO	530
1.6. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	530
1.7. AS FORMAS DE INTEGRAÇÃO DA NORMA JURÍDICA. ART. 4º	530
1.8. APLICAÇÃO DA NORMA JURÍDICA NO TEMPO	531
1.9. BREVE ANÁLISE DAS INCLUSÕES FEITAS NA LEI DE INTRODUÇÃO PELA LEI 13.655/2018. REPERCUSSÕES PARA O DIREITO PÚBLICO	531
1.10. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA	534
2. PESSOAS NATURAIS	534
2.1. EXISTÊNCIA	534
2.2. DIREITOS DA PERSONALIDADE	536
2.3. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA SOBRE PESSOA NATURAL	540
2.4. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	542
2.5. AUSÊNCIA	543

3.	PESSOA JURÍDICA	543
3.1.	TEORIAS	543
3.2.	ASSOCIAÇÕES	544
3.3.	FUNDAÇÕES	546
3.4.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (“DISREGARD THEORY”)	548
4.	BENS	549
4.1.	CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	549
4.2.	BENS IMÓVEIS	550
4.3.	DOS BENS MÓVEIS	550
4.4.	DOS BENS FUNGÍVEIS E CONSUMÍVEIS	551
4.5.	DOS BENS DIVISÍVEIS	551
4.6.	DOS BENS SINGULARES E COLETIVOS	551
4.7.	DOS BENS RECIPROCAMENTE CONSIDERADOS	551
4.8.	DAS PERTENÇAS	551
4.9.	BENFEITORIAS	552
4.10.	BENS PÚBLICOS	552
4.11.	QUADRO RESUMO	553
5.	ATO E FATO JURÍDICO	553
5.1.	ATO JURÍDICO	553
5.2.	FATO JURÍDICO	554
6.	NEGÓCIO JURÍDICO	554
6.1.	CONCEITO	554
6.2.	INTERPRETAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	554
6.3.	VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	554
6.4.	DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	555
6.5.	DA CONDIÇÃO, DO TERMO E DO ENCARGO	559
7.	ATOS JURÍDICOS	560
8.	PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	561
8.1.	PRESCRIÇÃO	561
8.2.	DECADÊNCIA	563
9.	PROVA	563
9.1.	TIPOS DE PROVA	563
9.2.	CONFISSÃO	564
9.3.	DOCUMENTO	564
9.4.	TESTEMUNHAS	564
9.5.	PERÍCIA	564

10. OBRIGAÇÕES	565
10.1. CONCEITO	565
10.2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	565
10.3. FONTES	565
10.4. OBRIGAÇÃO DE DAR	565
10.5. OBRIGAÇÃO DE FAZER	566
10.6. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER	566
10.7. OBRIGAÇÕES SOLIDÁRIAS	566
10.7.1. SOLIDARIEDADE PASSIVA	567
10.8. TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	568
10.9. DO ADIMPLEMENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES	569
10.10. DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	571
10.11. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	572
10.12. IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO	573
10.13. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO	573
10.14. DA NOVAÇÃO	574
10.15. DA COMPENSAÇÃO	574
10.16. REMISSÃO DAS DÍVIDAS	575
10.17. INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	575
10.18. DA MORA	576
10.19. DAS PERDAS E DANOS, DOS JUROS LEGAIS	577
10.20. CLÁUSULA PENAL	577
10.21. ARRAS OU SINAL	578
11. CONTRATOS	579
11.1. CONCEITO	579
11.2. LIBERDADE DE CONTRATAR	579
11.3. PRINCÍPIOS	579
11.4. FIGURAS PARCELARES DA BOA-FÉ	579
11.5. CONTRATO DE ADESÃO	580
11.6. CONTRATOS ATÍPICOS	580
11.7. PACTA CORVINA	580
11.8. PROPOSTA	580
11.9. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	581
11.10. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO	581
11.11. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIO	581
11.12. EVICÇÃO	581
11.13. CONTRATOS ALEATÓRIOS	582

11.14.SÚMULAS	582
11.15.EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	583
11.16.CONTRATO DE COMPRA E VENDA	584
11.16.1. CONCEITO	584
11.16.2. OBJETO	584
11.16.3. VENDA POR AMOSTRAS	584
11.16.4. FIXAÇÃO DO PREÇO	584
11.16.5. DESPESAS	585
11.16.6. RISCOS DA COISA	585
11.16.7. LUGAR DA TRADIÇÃO	585
11.16.8. VENDA DE ASCENDENTE PARA DESCENDENTE	585
11.16.9. NÃO PODEM SER COMPRADOS EM HASTA PÚBLICA	585
11.16.10. COMPRA E VENDA ENTRE CÔNJUGES	586
11.16.11. VENDA AD MENSURAM E VENDA AD CORPUS	586
11.16.12. DEFEITO OCULTO NAS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE	586
11.16.13. VENDA DE COISA INDIVISÍVEL	586
11.16.14. RETROVENDA	586
11.16.15. PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA	587
11.16.16. VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO	587
11.16.17. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS	587
11.17.DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	588
11.18.DA DOAÇÃO	588
11.19.CONTRATO DE TRANSPORTE	590
11.20.CONTRATO DE SEGURO	591
11.21.DO DEPÓSITO	594
11.22.DO MANDATO	595
11.23.DA FIANÇA	596
11.24.DO EMPRÉSTIMO	597
11.25.DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: JURISPRUDÊNCIA SOBRE CONTRA- TOS EM ESPÉCIE	597
12. RESPONSABILIDADE CIVIL	598
12.1. DICA DE PROF.KAROLARRUDA	601
12.2. JURISPRUDÊNCIA	602
12.3. DICAS GERAIS DA @PROF.KAROLARRUDA	603
13. PREFERÊNCIAS E PRIVILÉGIOS CREDITÓRIOS	603
14. POSSE	604
14.1. CONCEITO	604

14.2. DETENÇÃO	604
14.3. PODERES INERENTES À PROPRIEDADE	605
14.4. TEORIAS JUSTIFICADORAS DA POSSE	605
14.5. TIPOS DE POSSE	605
14.6. COMPOSSE	605
14.7. QUANTO AOS VÍCIOS OBJETIVOS DA POSSE	605
14.8. QUANTO AOS VÍCIOS SUBJETIVOS	606
14.9. QUANTO AO TÍTULO	606
14.10. QUANTO AO TEMPO	607
14.11. QUANTO AOS EFEITOS	607
14.12. AQUISIÇÃO DA POSSE	607
14.13. QUEM PODE ADQUIRIR A POSSE	607
14.14. ATOS DE MERA PERMISSÃO	607
14.15. EFEITOS DA POSSE	608
14.16. POSSUIDOR DE BOA-FÉ	608
14.17. POSSUIDOR DE MÁ-FÉ	608
14.18. POSSE E PROCESSO CIVIL	609
14.19. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS	609
14.20. LEGÍTIMA DEFESA E DESFORÇO IMEDIATO (ART. 1.210, §1º, DO CC)	609
15. DIREITOS REAIS	609
15.1. PROPRIEDADE	610
15.1.1. CONCEITO	610
15.1.2. ATRIBUTOS (ART. 1.228)	611
15.1.3. PROPRIEDADE LIMITADA	611
15.1.4. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE	611
15.1.5. FUNÇÃO SOCIAL E SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	611
15.1.6. PROIBIÇÕES	611
15.1.7. EXTENSÃO DA PROPRIEDADE DO SOLO	611
15.1.8. PRIVAÇÃO DO DIREITO DE PROPRIEDADE	612
15.1.9. PERDA DA PROPRIEDADE	612
15.1.10. USUCAPIÃO	612
15.1.11. SÚMULAS, INFORMATIVOS E ENUNCIADOS	616
15.2. SUPERFÍCIE	617
15.3. SERVIDÕES	617
15.4. USUFRUTO	619
15.5. USO	619
15.6. HABITAÇÃO	619

15.7. DIREITO DO PROMITENTE COMPRADOR	619
15.8. DIREITOS REAIS DE GARANTIA	620
16. LEI Nº 6.015/1973 E ALTERAÇÕES (REGISTRO DE IMÓVEIS)	621
16.1. NOÇÕES GERAIS	621
16.2. PROCEDIMENTO DE DÚVIDA	621
17. LEI Nº 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO).	622
17.1. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	623
17.2. DO ACESSO À JUSTIÇA	624
18. LOCAÇÃO E A FAZENDA PÚBLICA	624
19. DIREITO DE FAMÍLIA	625
19.1. CASAMENTO	626
19.1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	626
19.1.2. EFEITOS PATRIMONIAIS DO CASAMENTO, REGIME DE BENS, NOME	628
19.1.3. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	629
19.2. UNIÃO ESTÁVEL	631
19.3. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	632
19.3.1. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	634
19.4. ALIMENTOS	635
19.4.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	635
19.4.2. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	637
19.5. DA TUTELA, DA CURATELA E DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	639
20. DO DIREITO DAS SUCESSÕES. DA SUCESSÃO EM GERAL. DA SUCESSÃO LE- GÍTIMA. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA. DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA	641
20.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	641
20.2. DO TESTAMENTO	644
20.3. INDIGNIDADE E DESERDAÇÃO	645
20.4. DO FIDEICOMISSO	645
20.5. REVOGAÇÃO E ROMPIMENTO DO TESTAMENTO	646
20.6. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	647
21. ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	649
22. ALIMENTOS GRAVÍDICOS (LEI Nº 11.804/2008)	656
23. BEM DE FAMÍLIA (LEI Nº 8.009/90)	656
23.1. JURISPRUDÊNCIA	657
23.2. SÚMULAS	657
24. RESOLUÇÃO 175/2013 CNJ	658

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	661
2. RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	661
2.1. FORNECEDOR	661
2.2. CONSUMIDOR	662
2.3. OBJETO DA RELAÇÃO DE CONSUMO	662
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO	662
4. DA QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS	664
4.1. TEORIA DOS VÍCIOS	664
4.2. RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ACIDENTE DE CONSUMO: PELO FATO DO PRODUTO	665
4.3. RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS ACIDENTES DE CONSUMO: PELO FATO DO SERVIÇO	666
4.4. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO E DO SERVIÇO	666
4.5. RESPONSABILIDADE DOS PROFISSIONAIS LIBERAIS: A CULPA DO PROFISSIONAL LIBERAL. O ÔNUS DA PROVA	667
5. TEORIA DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	668
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA	669
7. DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	670
8. DAS PRÁTICAS COMERCIAIS	671
8.1. DA OFERTA	671
8.2. DA PUBLICIDADE	672
8.3. COBRANÇA DE DÍVIDAS; CADASTRO DE CONSUMIDORES E FORNECEDORES	673
9. DA PROTEÇÃO CONTRATUAL	674
9.1. CLÁUSULAS CONTRATUAIS ABUSIVAS	675
9.2. CONTRATOS DE ADESÃO	677
10. DA DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO	678
11. O SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR	680
12. DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	680
12.1. SÚMULAS	680
12.2. JURISPRUDÊNCIA	682
12.2.1. DIREITOS DO CONSUMIDOR	683
12.2.2. RESPONSABILIDADE CIVIL	687
12.2.3. CADASTRO DE CONSUMIDORES E CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO	691

12.2.4. PRESCRIÇÃO	693
12.2.5. CONTRATOS DE CONSUMO	693
12.2.6. PLANO DE SAÚDE	697
13. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA: LEI 14.181/2021- LEI DO SUPERENDIVIDAMENTO	701

DIREITO EMPRESARIAL

1. DIREITO DE EMPRESA	717
1.1. CONCEITO E CONTEÚDO	717
1.2. DA EMPRESA E DO EMPRESÁRIO	717
1.3. ATOS EMPRESARIAIS	718
1.4. SOCIEDADE SIMPLES	719
1.5. SOCIEDADE EMPRESÁRIA	719
1.5.1. SOCIEDADE EM NOME COLETIVO (ARTS. 1.039 A 1.044 DO CC/02)	720
1.5.2. SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES (ARTS. 1.045 A 1.051 DO CC/02)	720
1.5.3. SOCIEDADE LIMITADA (ARTS. 1.052 A 1.087 DO CC/02)	720
1.6. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI)	722
1.7. DAS SOCIEDADES COLIGADAS (ARTS. 1.097 A 1.101 DO CC/02)	723
1.8. OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS	723
1.9. DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE	724
1.10. DO ESTABELECIMENTO	724
1.11. DA ALIENAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	725
1.11.1. AVIAMENTO	726
1.11.2. PONTO COMERCIAL	726
1.12. NOME EMPRESARIAL	727
1.13. DOS PREPOSTOS	728
1.14. PERSONALIDADE JURÍDICA	728
1.15. MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006)	729
2. TÍTULOS DE CRÉDITO	730
2.1. DISPOSIÇÕES GERAIS	730
2.2. TÍTULOS AO PORTADOR	731
2.3. TÍTULOS À ORDEM E TÍTULOS NOMINATIVOS	731
2.4. ACEITE, AVAL, ENDOSSO E PROTESTO	732
2.4.1. ACEITE	732
2.4.2. AVAL	732

2.4.3. ENDOSSO	732
2.4.4. PROTESTO	733
2.5. TÍTULOS EM ESPÉCIE	733
2.5.1. LETRA DE CÂMBIO	733
2.5.2. NOTA PROMISSÓRIA	734
2.5.3. DUPLICATAS	734
2.5.4. CHEQUE	735
3. ARRENDAMENTO MERCANTIL	736
3.1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	736
3.2. CONCEITO	737
3.3. ELEMENTOS DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL	737
3.4. OBRIGAÇÕES DOS SUJEITOS	738
3.5. MODALIDADES DE LEASING	739
3.6. REVISÃO E CLÁUSULAS ABUSIVAS	739
4. DA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA	741

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. DEFENSORIA PÚBLICA. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 80/94 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 130/2017	745
2. NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015)	745
2.1 CONSTITUIÇÃO E PROCESSO	745
2.2. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NO PROCESSO CIVIL	745
2.3. CONTEÚDO JURÍDICO DO DIREITO DE ACESSO À TUTELA JURISDICCIONAL DO ESTADO	746
3. NORMAS DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL	747
3.1. NATUREZA JURÍDICA	747
3.2. FONTES	747
3.3. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO	747
3.4. DIREITO PROCESSUAL INTERTEMPORAL	747
3.5. PRINCÍPIOS INFRACONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL	748
4. JURISDIÇÃO: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS, PRINCÍPIOS E ESPÉCIES	748
4.1. MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO (CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO), ARBITRAGEM E TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS. RESOLUÇÃO CNJ Nº 125/2010. LEI DE MEDIAÇÃO (LEI Nº 13.140/2015).	749
4.2. COMPETÊNCIA	750
4.3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	751

4.4.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA E CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO	752
4.5.	<i>KOMPETENZ KOMPETENZ</i>	753
4.6.	<i>PERPETUATIO JURISDICTIONIS</i>	753
4.7.	DEMAIS REGRAS SOBRE COMPETÊNCIA	753
4.8.	MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA	755
4.9.	INCOMPETÊNCIA	755
4.10.	ATOS CONCERTADOS	756
4.11.	DICA DE @PROF.KAROLARRUDA: SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA	756
5.	AÇÃO: TEORIAS, CLASSIFICAÇÃO, ELEMENTOS E CUMULAÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO	759
5.1.	TEORIAS DA AÇÃO	759
6.	PROCESSO: PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ATOS PROCESSUAIS, VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS, LUGAR, TEMPO E FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS, COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS. PRECLUSÃO.	760
6.1.	PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS	760
6.2.	ATOS PROCESSUAIS	761
6.2.1.	DA FORMA	761
6.2.2.	DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	761
6.2.3.	COMUNICAÇÃO DOS ATOS	762
6.2.4.	DA CITAÇÃO	762
6.2.5.	DAS NULIDADES	763
6.2.6.	PRECLUSÃO	763
7.	SUJEITOS DO PROCESSO, PARTES, CAPACIDADE, DEVERES E RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO. LITISCONSÓRCIO. ASSISTÊNCIA. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS: TÍPICAS E ATÍPICAS. AMICUS CURIAE. JUIZ E AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	764
7.1.	SUJEITOS PROCESSUAIS	764
7.1.1.	JUIZ: PODERES, DEVERES E RESPONSABILIDADE. IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO	764
7.1.2.	PARTES: CAPACIDADE/INCAPACIDADE, DEVERES, RESPONSABILIDADE POR DANO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO, SUCESSÃO, LITISCONSÓRCIO, ASSISTÊNCIA, INTERVENÇÃO DE TERCEIROS E <i>AMICUS CURIAE</i>	767
7.2.	AUXILIARES DA JUSTIÇA. MINISTÉRIO PÚBLICO. ADVOCACIA PÚBLICA. DEFENSORIA PÚBLICA. A INTERVENÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	773
7.2.1.	AUXILIARES DA JUSTIÇA	773
7.2.2.	MINISTÉRIO PÚBLICO	773

7.2.3. ADOCAIA PÚBLICA	774
7.2.4. DEFENSORIA PÚBLICA – ATUAÇÃO COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	774
8. DA TUTELA PROVISÓRIA. TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DA EVIDÊNCIA. TUTELA ANTECEDENTE E INCIDENTE. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA	775
8.1. DA TUTELA PROVISÓRIA	775
8.1.1. TIPOS	775
8.1.2. NATUREZA	776
8.1.3. MODO	777
8.2. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE	777
9. PROCEDIMENTO COMUM: PETIÇÃO INICIAL, INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL, IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO, AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO, RESPOSTAS DO RÉU, REVELIA, PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	779
9.1. PROCEDIMENTO COMUM	779
9.1.1. PETIÇÃO INICIAL (ARTIGOS 319 AO 321 DO CPC)	780
9.2. AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (ARTIGO 334 DO CPC)	783
9.3. RESPOSTAS DO RÉU E REVELIA (ARTIGOS 335 A 342 E 344 A 346 DO CPC)	784
9.4. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	785
9.4.1. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO	785
9.4.2. DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO	786
9.4.3. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, PROVAS, SENTENÇA E COISA JULGADA	788
10. DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	793
11. DO PROCEDIMENTO. TEORIA GERAL DO PROCEDIMENTO. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA	797
12. PROVAS. OBJETO, FONTE E MEIOS. ADMISSIBILIDADE. PROVAS TÍPICAS E ATÍPICAS. PROVAS ILÍCITAS. ÔNUS DA PROVA. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO	800
12.1. PROVAS (ARTIGOS 369 A 484 DO CPC)	800
12.2. OBJETO	800
12.3. FONTES/MEIOS	800
12.4. ADMISSIBILIDADE	801
12.5. PROVAS – TÍPICAS E ATÍPICAS	801

12.6. PROVAS ILÍCITAS	801
12.7. ÔNUS DA PROVA	801
12.8. PROVAS EM ESPÉCIE E SUA PRODUÇÃO	803
13. PROCESSO DE EXECUÇÃO: ESPÉCIES, PROCEDIMENTOS, EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA, EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER, EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA, EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA, EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. DEFESAS DO DEVEDOR E DE TERCEIROS NA EXECUÇÃO. AÇÕES PREJUDICIAIS À EXECUÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO	806
14. PROCESSO NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E PROCESSOS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS: INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA, INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, CONFLITO DE COMPETÊNCIA, HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA, AÇÃO RESCISÓRIA, INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS E RECLAMAÇÃO	813
15. RECURSOS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO. PRINCÍPIOS. PRAZOS. EMBARGOS INFRINGENTES, REEXAME NECESSÁRIO, AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO PROCESSUAL E <i>QUERELA NULLITATIS</i> . RECURSOS NOS TRIBUNAIS SUPERIORES. REGIMENTO INTERNO DO TJ/GO, DO STJ E STF. LEI FEDERAL Nº 8.038/90. LEI FEDERAL Nº 11.417/06	815
15.1. CONCEITO DE RECURSO	815
15.1.1. APELAÇÃO	815
15.1.2. AGRAVO DE INSTRUMENTO	816
15.1.3. AGRAVO INTERNO	817
15.1.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	818
15.1.5. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE RECURSOS REPETITIVOS	818
15.1.6. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	819
15.2. PRINCÍPIOS	820
15.3. REEXAME NECESSÁRIO	821
15.4. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE ATO PROCESSUAL E <i>QUERELA NULLITATIS</i>	821
15.5. REGIMENTO INTERNO DO TJ/GO	822
15.6. LEI FEDERAL 8.038/90	822
15.7. LEI FEDERAL 11.417/06	828
16. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA	830

17. A FAZENDA PÚBLICA COMO PARTE NO PROCESSO: POLOS ATIVOS E PASSIVO. PRERROGATIVAS. TUTELA PROVISÓRIA E TUTELA ESPECÍFICA. AÇÃO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO. A FAZENDA NOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS. JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL	830
17.1. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA FAZENDA PÚBLICA	830
17.2. DOS PRAZOS E DA INTIMAÇÃO PESSOAL DA FAZENDA PÚBLICA	831
17.3. A CITAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA	832
17.4. DA TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	832
17.4.1. TUTELA DE EVIDÊNCIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	833
17.5. A FAZENDA PÚBLICA NOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	833
18. AÇÃO DE USUCAPIÃO. USUCAPIÃO COMO MATÉRIA DE DEFESA	844
19. PROCESSO COLETIVO. MICROSSISTEMA DE TUTELA COLETIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA E DEMAIS INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO TRANSINDIVIDUAL	844
20. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE E AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO CONSTITUCIONAL	845
21. HABEAS CORPUS, HABEAS DATA E MANDADO DE INJUNÇÃO	845
22. RECLAMAÇÃO	845
23. AÇÃO POPULAR	845
24. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO	845
25. AÇÕES POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS	845
25.1. AÇÕES POSSESSÓRIAS	845
25.2. PROCEDIMENTO ESPECIAL DAS POSSESSÓRIAS E PETITÓRIAS NAS INVASÕES COLETIVAS	847
26. AÇÕES DE ALIMENTOS. LEI DE ALIMENTOS E DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	847
27. AÇÕES DECLARATÓRIA E NEGATÓRIA DE VÍNCULO PARENTAL (EM VIDA E PÓSTUMA)	847
28. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL (EM VIDA E PÓSTUMA). SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	848
28.1. SEPARAÇÃO, DIVÓRCIO DIRETO E MEDIANTE CONVERSÃO. UNIÃO ESTÁVEL.	848
28.2. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO/EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL (EM VIDA OU PÓS MORTE)	848
28.3. SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO EXTRAJUDICIAIS	849
29. INVENTÁRIO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL. ARROLAMENTO. ALVARÁ	849
29.1. INVENTÁRIO JUDICIAL	849
29.2. DO ARROLAMENTO	852
29.3. INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL	853
29.4. ALVARÁ JUDICIAL	853
30. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	854
30.1. ENUNCIADOS	854

31. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA: ASPECTOS PROCESSUAIS	864
32. PROCESSO ELETRÔNICO. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2020, Nº 372/2021 E Nº 385/2021	867
32.1. RESOLUÇÃO CNJ Nº 345/2020	867
32.2. RESOLUÇÃO CNJ Nº 372/2021	868
32.3. RESOLUÇÃO CNJ Nº 385/2021	868
33. A DEFENSORIA PÚBLICA E O EXERCÍCIO DA CURADORIA ESPECIAL	870

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

1. INTRODUÇÃO	873
2. TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO	873
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO	879
4. A LEGITIMIDADE ATIVA NAS AÇÕES COLETIVAS	882
5. DEFENSORIA PÚBLICA E A LEGITIMIDADE ATIVA	883
6. TÓPICOS PARA REVISÃO RÁPIDA DO EDITAL	884

DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO 911

1. PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO, DA PRECAUÇÃO E O "IN DUBIO PRO NATURA" ...	915
2. PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR E DO PROTETOR-RECEBEDOR	917
3. PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA	919
4. FUNÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA PROPRIEDADE	919
5. PRINCÍPIO DA INFORMAÇÃO, DA COOPERAÇÃO E DA EQUIDADE INTERGERACIONAL	919
6. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO AMBIENTAL	920
7. RESPONSABILIDADE COMUM, MAS DIFERENCIADA	921

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PARADIGMAS LEGISLATIVOS EM MATÉRIA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE: DA ABSOLUTA INDIFERENÇA À PROTEÇÃO INTEGRAL	969
A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NA NORMATIVA INTERNACIONAL. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS. CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL. REGRAS MÍNIMAS DA ONU: PARA PROTEÇÃO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL. CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA)	971
1. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS DA CRIANÇA DE 1959	971

2.	CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA	972
3.	CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS	973
4.	CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E À COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ADOÇÃO INTERNACIONAL	974
5.	REGRAS MÍNIMAS DA ONU: PARA PROTEÇÃO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE E PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING)	974
6.	DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL	975
7.	CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO (CNA)	976
8.	OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	976
8.1.	INIMPUTABILIDADE PENAL DECORRENTE DA CONDIÇÃO ETÁRIA	977
9.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (LEI Nº 8.069/90)	978
9.1.	DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	978
9.1.1.	PROTEÇÃO INTEGRAL	978
9.1.2.	DEFINIÇÃO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	978
9.1.3.	ALGUNS PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	979
10.	DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	979
10.1.	DIREITO À VIDA E À SAÚDE	979
10.2.	PROTEÇÃO À PRIMEIRA INFÂNCIA	980
10.3.	DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE	981
10.4.	DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER	982
10.5.	DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	984
10.6.	DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	985
10.7.	PROCEDIMENTO CASO A GESTANTE OU MÃE MANIFESTE INTERESSE DE ENTREGAR O FILHO PARA ADOÇÃO	986
10.8.	APADRINHAMENTO	987
10.9.	PARENTALIDADE E PODER FAMILIAR	987
10.10.	AÇÃO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR	989
10.11.	FAMÍLIA SUBSTITUTA	990
10.12.	GUARDA	990
10.13.	TUTELA	991
10.14.	ADOÇÃO	991
10.15.	DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO ..	996
11.	DA PREVENÇÃO	997
11.1.	AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR	998

12. DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO	999
12.1. CONSELHOS TUTELARES, CONSELHOS E FUNDOS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	999
12.2. ENTIDADES DE ATENDIMENTO	1002
13. MEDIDAS DE PROTEÇÃO	1002
14. DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL	1004
14.1. ALGUNS DIREITOS DO ADOLESCENTE	1005
14.2. FASE PRÉ-PROCESSUAL	1006
14.3. FASE PROCESSUAL	1009
14.4. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	1010
14.5. SISTEMA RECURSAL NA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS	1013
14.6. DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE	1013
15. DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS	1014
16. DOS CRIMES E DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS	1014
16.1. CRIMES EM ESPÉCIE MAIS RELEVANTES	1014
17. SINASE (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO). RESOLUÇÃO Nº 119/2006 DO CONANDA E LEI FEDERAL Nº 12.594/2012	1017
18. LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS (LEI FEDERAL Nº 8.742/1993). POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Nº 145/2004). TIPIFICAÇÃO NACIONAL DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS (RESOLUÇÃO Nº 109/09 DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)	1018
19. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB – LEI Nº 9.394/96)	1020
20. RESOLUÇÕES Nº 113/2006 E Nº 117/2006, AMBAS DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA), QUE DISPÕEM SOBRE OS PARÂMETROS PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, BEM COMO RESOLUÇÃO 169 TAMBÉM DO CONANDA QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS	1021
21. PROTEÇÃO E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE TRANSTORNOS MENTAIS (LEI FEDERAL Nº 10.216/2001)	1022
22. PROVIMENTO Nº 32/2013 DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA DO CNJ	1023
23. RECOMENDAÇÃO Nº 49/2014 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1024
24. RESOLUÇÕES Nº 131/2011, 165/2012, 190/2014 E 191/2014 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1024

25. PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE – PCCAAM. DECRETO N. 6.231/2007	1025
26. REVISÃO DE SÚMULAS RELEVANTES – ECA	1025

DIREITO PENAL

1. DIREITO PENAL: CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	1029
1.1. CONCEITO, FONTES, OBJETIVOS/FUNÇÕES	1029
1.2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PENAIS	1031
1.3. CONSTITUIÇÃO E DIREITO PENAL	1035
1.4. O DIREITO PENAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	1036
1.4.1. DIREITO PENAL E DIREITOS HUMANOS	1036
1.5. APLICAÇÃO DA LEI PENAL	1037
1.5.1. LEI PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO. IMUNIDADE. CONDIÇÕES DE PUNIBILIDADE	1037
1.6. INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	1044
2. GENEALOGIA DO PENSAMENTO PENAL.	1044
2.1. SOCIEDADES PRIMITIVAS	1044
2.2. ANTIGUIDADE	1046
2.2.1. DIREITO PENAL NA GRÉCIA	1047
2.2.2. DIREITO PENAL EM ROMA	1047
2.3. DIREITO PENAL MEDIEVAL	1048
2.3.1. DIREITO GERMÂNICO	1048
2.3.2. DIREITO PENAL CANÔNICO	1049
2.4. PERÍODO HUMANITÁRIO	1049
3. AS ESCOLAS PENAIS	1050
4. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO PENAL	1053
5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL. HISTÓRIA DO PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL	1056
6. TEORIA DO DELITO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, ELEMENTOS DO CRIME. BEM JURÍDICO-PENAL	1057
6.1. CONCEITOS, TEORIAS E EVOLUÇÃO HISTÓRICA	1057
6.2. ELEMENTOS DO CRIME	1058
6.3. BEM JURÍDICO-PENAL	1058
7. TIPICIDADE	1058
7.1. TIPO PENAL	1058
7.2. ELEMENTOS DO TIPO	1059
7.3. CONDUTA (AÇÃO E OMISSÃO)	1060
7.4. NEXO DE CAUSALIDADE	1060

7.4.1.	TEORIAS ACERCA DO NEXO CAUSAL	1060
7.4.2.	ESPÉCIES DE CAUSA	1061
7.5.	RESULTADO	1062
7.6.	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	1062
7.7.	ITER CRIMINIS	1064
7.8.	DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ	1064
7.9.	DOLO	1064
7.10.	CULPA	1065
7.10.1.	ELEMENTOS DO CRIME CULPOSO	1065
7.10.2.	CLASSIFICAÇÃO DA CULPA	1065
7.10.3.	CULPA CONSCIENTE E DOLO EVENTUAL	1066
7.10.5.	CRIME QUALIFICADO PELO RESULTADO E CRIME PRETERDO- LOSO	1066
7.11.	IMPUTAÇÃO OBJETIVA	1066
8.	ILICITUDE: CONCEITO. O INJUSTO PENAL. EXCLUDENTES DA ILICITUDE	1068
8.1.	CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE	1068
9.	CULPABILIDADE	1071
9.1.	CONCEITO	1071
9.2.	EVOLUÇÃO HISTÓRICA	1072
9.2.1.	TEORIA PSICOLÓGICA DA CULPABILIDADE	1072
9.2.1.1.	CRÍTICAS E SUPERAÇÃO DA TEORIA PSICOLÓGICA DA CULPABILIDADE	1074
9.2.2.	TEORIA NORMATIVA OU PSICOLÓGICO-NORMATIVA DA CUL- PABILIDADE	1074
9.2.3.	TEORIA NORMATIVA PURA DA CULPABILIDADE	1075
9.2.4.	TEORIA LIMITADA DA CULPABILIDADE	1076
9.3.	ESTRUTURA	1076
9.4.	PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	1076
9.5.	CULPABILIDADE E LIBERDADE	1076
9.6.	CULPABILIDADE E PERICULOSIDADE	1077
9.7.	CULPABILIDADE E VULNERABILIDADE	1077
9.8.	DIREITO PENAL DO FATO E DIREITO PENAL DO AUTOR	1077
9.9.	CULPABILIDADE: ELEMENTOS E EXCLUDENTES	1078
9.9.1.	IMPUTABILIDADE	1078
9.9.1.1.	EXCLUSÃO DA IMPUTABILIDADE	1078
9.9.2.	INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA	1081
9.9.2.1.	COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL	1082

9.9.2.2.	OBEDIÊNCIA HIERÁRQUICA	1082
9.9.2.3.	CONSEQUÊNCIAS	1082
9.9.3.	POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE	1082
9.9.3.1.	PRINCIPAIS CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO	1083
9.9.3.2.	A (POTENCIAL) CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE NA TE- ORIA DO DELITO	1083
9.9.3.3.	EXCLUSÃO DA POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICI- TUDE (ERRO DE PROIBIÇÃO INEVITÁVEL)	1083
9.9.4.	CAUSAS SUPRALEGAIS EXCLUDENTES DE CULPABILIDADE	1084
10.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR. CRIME IMPOSSÍVEL. CONCURSO DE AGEN- TES. ERRO NO DIREITO PENAL. PUNIBILIDADE. CONCURSO DE CRIMES	1084
10.1.	ARREPENDIMENTO POSTERIOR	1084
10.2.	CRIME IMPOSSÍVEL	1085
10.3.	CONCURSO DE AGENTES	1085
10.3.1.	AUTORIA DE PARTICIPAÇÃO	1086
10.3.2.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DE AUTORIA	1087
10.3.3.	TEORIAS ACERCA DA PARTICIPAÇÃO	1088
10.3.4.	CLASSIFICAÇÃO DOUTRINÁRIA DA PARTICIPAÇÃO	1088
10.4.	ERRO DE TIPO	1089
10.4.1.	ERRO DETERMINADO POR TERCEIRO	1089
10.4.2.	ERRO SOBRE A PESSOA	1090
10.4.3.	QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS, PARA O AGENTE, NO CASO DO ERRO SOBRE A PESSOA?	1090
10.4.4.	ERRO SOBRE A ILICITUDE DO FATO (ERRO DE PROIBIÇÃO) (TRA- TADO NO ITEM 9.9.3.3.)	1091
10.5.	PUNIBILIDADE	1091
10.6.	CONCURSO DE CRIMES	1091
11.	PENA	1092
11.1.	ESPÉCIES	1092
11.1.1.	PENAS (CONSTITUCIONALMENTE) VEDADAS NO BRASIL – ART. 5º, XLVII	1093
11.2.	CRITÉRIO PARA APLICAÇÃO DA PENA	1093
11.3.	TEORIAS DA PENA	1093
11.4.	CIRCUNSTÂNCIAS	1095
11.5.	AGRAVANTES E ATENUANTES	1095
11.5.1.	AGRAVANTES (ARTS. 61, 62 E 63, CP)	1095
11.5.2.	ATENUANTES (ART. 65, CP)	1096
11.6.	CAUSAS DE AUMENTO E DE DIMINUIÇÃO	1097
11.7.	CÁLCULO DA PENA	1098

11.8. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1098
11.8.1. CAUSAS GERAIS E ESPECÍFICAS E MOMENTOS DE OCORRÊNCIA	1099
11.8.1.1. PRESCRIÇÃO: CONCEITO, TEORIAS, PRAZOS PARA O CÁLCULO DA PRESCRIÇÃO, TERMOS INICIAIS, CAUSAS SUSPENSIVAS OU IMPEDITIVAS, CAUSAS INTERRUPTIVAS	1101
11.8.1.2. OUTRAS CAUSAS IMPEDITIVAS E SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	1103
12. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	1105
12.1. MODALIDADES	1106
12.2. REQUISITOS	1106
12.3. MOMENTO ADEQUADO E JUÍZO COMPETENTE PARA A CONCESSÃO	1106
12.4. CONDIÇÕES	1106
12.5. REVOGAÇÃO	1107
12.7. CASSAÇÃO	1107
12.7.1. HIPÓTESES DE PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE PROVA	1107
12.7.2. EXTINÇÃO DA PENA/CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES	1107
13. REABILITAÇÃO.	1108
13.1. FINALIDADES DA REABILITAÇÃO	1108
13.2. PRESSUPOSTO	1109
13.3. REQUISITOS	1110
13.4. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO DA REABILITAÇÃO	1110
13.5. PEDIDO E RECURSO NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO	1110
13.6. REVOGAÇÃO DA REABILITAÇÃO	1111
14. DIREITO PENAL E SAÚDE MENTAL. MEDIDAS DE SEGURANÇA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, CONCEITO, ESPÉCIES, EXECUÇÃO. LEI Nº 10.216/01. REFORMA PSIQUIÁTRICA. LEI 13.146/15	1111
14.1. MODALIDADES	1111
14.2. PRAZOS	1111
15. CRIMES CONTRA A PESSOA	1112
16. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	1133
17. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	1153
18. CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	1154
19. CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS	1160
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	1162
21. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA	1173
22. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA	1179
23. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA	1195
24. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	1197
25. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	1211

DIREITO PROCESSUAL PENAL E LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO PENAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E NA CADH	1247
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PENAL INQUISITÓRIO E ACUSATÓRIO	1257
3. FONTES DO PROCESSO PENAL	1258
4. LEI PROCESSUAL PENAL NO TEMPO E NO ESPAÇO	1259
5. INTERPRETAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL	1260
6. SISTEMAS DE INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR. INQUÉRITO POLICIAL. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	1263
7. MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA NA PERSECUÇÃO CRIMINAL. BUSCA E APREENSÃO. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO, BANCÁRIO E FISCAL. DELAÇÃO PREMIADA. PROVA. ÔNUS DA PROVA. PROCEDIMENTO PROBATÓRIO. GARANTIAS APLICÁVEIS À PROPOSIÇÃO, PRODUÇÃO E VALORAÇÃO DA PROVA. MEIOS DE PROVA. INDÍCIOS NO PROCESSO PENAL	1280
8. AÇÃO PENAL. DENÚNCIA E QUEIXA-CRIME	1298
9. AÇÃO CIVIL “EX DELICTO”	1303
10. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA	1304
11. SUJEITOS PROCESSUAIS	1324
12. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS	1330
13. PRISÃO EM FLAGRANTE. PRISÃO PREVENTIVA. PRISÃO TEMPORÁRIA. PRISÃO DOMICILIAR. RELAXAMENTO E LIBERDADE PROVISÓRIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO	1334
14. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E NOTIFICAÇÃO. REVELIA	1350
15. SENTENÇA PENAL E COISA JULGADA. <i>EMENDATIO LIBELLI</i> E <i>MUTATIO LIBELLI</i>	1353
16. PROCESSO E PROCEDIMENTO. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. PROCEDIMENTO COMUM E ESPECIAL. RITO ORDINÁRIO. RITO SUMÁRIO. RITO SUMARÍSSIMO. PROCEDIMENTO RELATIVO AO TRIBUNAL DO JÚRI. JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	1356
17. NULIDADES	1367
18. RECURSOS	1370
19. AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO. REVISÃO CRIMINAL. <i>HABEAS CORPUS</i> . MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JURISDICIONAL PENAL	1374
20. LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL: ABUSO DE AUTORIDADE; CRIMES HEDIONDOS; ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; TORTURA; CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO; PROTEÇÃO A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS; DESARMAMENTO; LEI DE DROGAS; VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER; TRÂNSITO; MEIO AMBIENTE; CRIMES DE PRECONCEITO; CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO; ESTATUTO DO IDOSO; CRIMES DE FALÊNCIA; TORTURA; ECONOMIA POPULAR; ORDEM TRIBUTÁRIA; LAVAGEM DE DINHEIRO; PARCELAMENTO DO SOLO URBANO; CRIANÇA E ADOLESCENTE; CONTRA-VENÇÕES PENAIS	1377

21. PRERROGATIVAS E GARANTIAS DOS DEFENSORES PÚBLICOS RELACIONADAS COM O PROCESSO PENAL. ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA: ASPECTOS PROCESSUAIS	1422
22. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA	1425

DIREITO DA EXECUÇÃO PENAL

1. FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR. FUNÇÕES DA PENA. PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO DO ESTADO. PRINCÍPIOS PENAIIS RELATIVOS À EXECUÇÃO PENAL. NATUREZA JURÍDICA E OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL. EXECUÇÃO PENAL DEFINITIVA E PROVISÓRIA. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL AO PRESO PROVISÓRIO ..	1429
1.1. FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PUNIR. FUNÇÕES DA PENA	1429
1.2. PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS LIMITADORES DO PODER PUNITIVO DO ESTADO	1429
1.3. PRINCÍPIOS PENAIIS RELATIVOS À EXECUÇÃO PENAL	1430
1.4. OBJETIVOS E NATUREZA JURÍDICA DA EXECUÇÃO PENAL	1431
1.5. EXECUÇÃO PENAL DEFINITIVA E PROVISÓRIA. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL AO PRESO PROVISÓRIO	1431
2. DO OBJETO E DA APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÕES PENAIIS (LEI FEDERAL Nº 7.210/1984). DO CONDENADO E DO INTERNADO. DA CLASSIFICAÇÃO. DA ASSISTÊNCIA. DO TRABALHO. DIREITO DE VISITA. VISITA ÍNTIMA. REVISTA ÍNTIMA OU REVISTA VEXATÓRIA. RESOLUÇÃO Nº 4/2011 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCCP)	1432
2.1. DA CLASSIFICAÇÃO	1432
2.2. DA ASSISTÊNCIA	1432
2.3. DO TRABALHO	1433
2.4. DIREITO DE VISITA	1434
2.5. VISITA ÍNTIMA	1435
2.6. REVISTA ÍNTIMA OU REVISTA VEXATÓRIA	1435
3. DOS DEVERES, DOS DIREITOS E DA DISCIPLINA. DAS FALTAS DISCIPLINARES. DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DO PROCEDIMENTO JUDICIAL	1436
3.1. DOS DEVERES	1436
3.2. DOS DIREITOS	1436
3.3. DA DISCIPLINA	1437
3.4. DAS FALTAS DISCIPLINARES	1437
3.5. REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO – RDD	1439
3.6. DAS SANÇÕES E DAS RECOMPENSAS	1440
3.7. DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. DO PROCEDIMENTO JUDICIAL	1441

4. DOS ÓRGÃOS DA EXECUÇÃO PENAL. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA. JUÍZO DA EXECUÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. CONSELHO PENITENCIÁRIO. DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS. PATRONATO. CONSELHO DA COMUNIDADE. DEFENSORIA PÚBLICA. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ÓRGÃO DA EXECUÇÃO PENAL. LEGITIMAÇÃO SOCIAL. A TUTELA INDIVIDUAL E COLETIVA DOS PRESOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA ATUAÇÃO EM EXECUÇÃO PENAL. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. LEI FEDERAL Nº 12.313/2010. ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EXECUÇÃO PENAL	1442
4.1. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA	1442
4.2. JUÍZO DA EXECUÇÃO	1443
4.3. MINISTÉRIO PÚBLICO	1443
4.4. CONSELHO PENITENCIÁRIO	1444
4.5. DEPARTAMENTOS PENITENCIÁRIOS	1444
4.6. PATRONATO	1444
4.7. CONSELHO DA COMUNIDADE	1444
4.8. DEFENSORIA PÚBLICA. A DEFENSORIA PÚBLICA COMO ÓRGÃO DA EXECUÇÃO PENAL. LEGITIMAÇÃO SOCIAL. A TUTELA INDIVIDUAL E COLETIVA DOS PRESOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA. PRERROGATIVAS DA DEFENSORIA PÚBLICA NA ATUAÇÃO EM EXECUÇÃO PENAL. LEI ORGÂNICA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA. LEI FEDERAL Nº 12.313/2010. ATRIBUIÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA NA EXECUÇÃO PENAL	1445
5. DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS. DA PENITENCIÁRIA. DA COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR. DA CASA DO ALBERGADO. DO CENTRO DE OBSERVAÇÃO. DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO. DA CADEIA PÚBLICA. DA FALTA DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	1447
5.1. DOS ESTABELECIMENTOS PENAIS	1447
5.2. PENITENCIÁRIA	1448
5.3. COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR	1449
5.4. CASA DO ALBERGADO	1449
5.5. CENTRO DE OBSERVAÇÃO	1449
5.6. HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	1449
5.7. CADEIA PÚBLICA	1449
5.8. DA FALTA DE VAGA NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS	1449
6. DA EXECUÇÃO DAS PENAS EM ESPÉCIE. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL. DA PENA DE MULTA. DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DOS REGIMES. DA SOMA E DA UNIFICAÇÃO DE PENAS. DA PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. DAS AUTORIZA-	

ÇÕES DE SAÍDA. DA DETRAÇÃO E DA REMIÇÃO DE PENAS. REMIÇÃO POR LEITURA. DA TRANSFERÊNCIA DE PRESOS. DA MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. DA EXTINÇÃO DE PENA	1450
6.1. DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE. DISPOSIÇÕES GERAIS. DETRAÇÃO	1450
6.2. DA SOMA E DA UNIFICAÇÃO DE PENAS	1450
6.3. DOS REGIMES. DA PROGRESSÃO E REGRESSÃO DE REGIME	1452
6.4. DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO	1454
6.5. DA PENA DE MULTA	1456
6.6. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	1457
6.7. DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	1457
6.8. LIVRAMENTO CONDICIONAL	1457
6.9. REMIÇÃO DA PENA	1458
6.10. AUTORIZAÇÕES DE SAÍDA	1460
6.11. MONITORAÇÃO ELETRÔNICA	1462
6.12. EXTINÇÃO DA PENA	1462
7. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL. PROCEDIMENTO JUDICIAL. RECURSOS. HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. MANDADO DE SEGURANÇA. DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO. RESOLUÇÃO Nº 113/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	1462
7.1. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO PENAL. PROCEDIMENTO JUDICIAL	1462
7.2. RECURSOS. HABEAS CORPUS. REVISÃO CRIMINAL. MANDADO DE SEGURANÇA	1463
7.3. DOS INCIDENTES DE EXECUÇÃO	1463
7.4. RESOLUÇÃO Nº 113/2010 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	1463
8. INDULTO, COMUTAÇÃO, ANISTIA, GRAÇA. DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DECRETOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUE CONCEDEM INDULTO E COMUTAÇÃO DE PENAS E DÃO OUTRAS PROVIDÊNCIAS: DECRETO PRESIDENCIAL Nº 8.615/2015, DECRETO PRESIDENCIAL Nº 8.940/2016 E DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.246/2017. DECRETOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA QUE CONCEDEM INDULTO ESPECIAL E COMUTAÇÃO DE PENAS ÀS MULHERES PRESAS, POR OCASIÃO DO DIA DAS MÃES: DECRETO PRESIDENCIAL DE 12 DE ABRIL DE 2017 E DECRETO PRESIDENCIAL Nº 9.370/2018	1463
8.1. INDULTO, COMUTAÇÃO, GRAÇA E ANISTIA	1463
8.2. DECRETO 8.615/2015	1464
8.3. DECRETO 8.940/2016	1465
8.4. DECRETO 9.246/2017	1465

8.5. DECRETO DE 12 DE ABRIL DE 2017	1465
8.6. DECRETO 9.370/2018	1466
9. CÓDIGO PENAL (DECRETO-LEI Nº 2.848/1940): DAS PENAS. DAS ESPÉCIES DE PENA. DA COMINAÇÃO DAS PENAS. DA APLICAÇÃO DA PENA. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO. DA REABILITAÇÃO. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1466
9.1. DAS PENAS. DAS ESPÉCIES DE PENA. DA COMINAÇÃO DAS PENAS. DA APLICAÇÃO DA PENA. DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. DA REABILITAÇÃO. DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA. DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	1466
9.2. LIVRAMENTO CONDICIONAL	1466
9.3. EFEITOS DA CONDENAÇÃO	1466
10. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS (LEI FEDERAL Nº 8.072/1990). LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2016)	1467
11. REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO DA ONU (REGRAS DE MANDELA). REGRAS MÍNIMAS PARA TRATAMENTO DO PRESO NO BRASIL (RESOLUÇÃO Nº 14/1994 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA). CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA. REGRAS DE BANGKOK (REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS)	1468
11.1. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANAS OU DEGRADANTES. CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA	1468
11.2. REGRAS MÍNIMAS PARA O TRATAMENTO DO PRESO DA ONU. REGRAS DE MANDELA. REGRAS MÍNIMAS PARA TRATAMENTO DO PRESO NO BRASIL (RESOLUÇÃO Nº 14/1994 DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA)	1468
11.3. REGRAS DE BANGKOK – REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS	1470

CRIMINOLOGIA

1. SISTEMA PENAL E CONTROLE SOCIAL. POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA NO BRASIL. O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: DADOS E PERSPECTIVAS. O SISTEMA PENAL BRASILEIRO	1475
1.1. SISTEMA PENAL E CONTROLE SOCIAL	1475
1.2. POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA NO BRASIL. O ENCARCERAMENTO NO BRASIL: DADOS E PERSPECTIVAS. O SISTEMA PENAL BRASILEIRO	1475

2. PROCESSO DE CRIMINALIZAÇÃO. CRIMINALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA. VITIMOLOGIA E VITIMIZAÇÃO. POLÍCIA E SISTEMA PENAL. POLICIZAÇÃO E MILITARIZAÇÃO	1476
3. PRISIONIZAÇÃO E RELAÇÕES DE PODER PENITENCIÁRIAS. A PRISÃO NA SOCIEDADE MODERNA. PRISÃO E CAPITALISMO. FOUCAULT E A QUESTÃO PRISIONAL	1477
4. ESCOLA CLÁSSICA. POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO. O POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO NO BRASIL	1477
5. A ESCOLA DE CHICAGO. TEORIA DA ASSOCIAÇÃO DIFERENCIAL. TEORIA DA ANOMIA. FUNCIONALISMO NA CRIMINOLOGIA. TEORIA DA SUBCULTURA DELINQUENTE	1479
6. TEORIAS DA REAÇÃO SOCIAL. <i>LABELLING APPROACH</i>	1481
7. CRIMINOLOGIA CRÍTICA. MINIMALISMO E GARANTISMO PENAL. MARXISMO E A QUESTÃO CRIMINAL. O REALISMO CRIMINOLÓGICO DE ESQUERDA. A ESQUERDA PUNITIVA	1481
8. ABOLICIONISMO PENAL. VERTENTES DO ABOLICIONISMO PENAL	1482
9. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E DE POLÍTICA CRIMINAL. A PRIVATIZAÇÃO DO CONTROLE PENAL. DIREITO PENAL SIMBÓLICO. MOVIMENTO DE LEI E ORDEM. TOLERÂNCIA ZERO. AUTORITARISMO E SISTEMA PENAL	1482
9.1. MODERNAS TENDÊNCIAS DO PENSAMENTO CRIMINOLÓGICO E DE POLÍTICA CRIMINAL. A PRIVATIZAÇÃO DO CONTROLE PENAL	1482
9.2. DIREITO PENAL SIMBÓLICO. MOVIMENTO DE LEI E ORDEM. TOLERÂNCIA ZERO. AUTORITARISMO E SISTEMA PENAL	1483
10. MÍDIA E SISTEMA PENAL. ANÁLISES CRIMINOLÓGICAS CONCRETAS. RACISMO E SISTEMA PENAL. GÊNERO E SISTEMA PENAL	1483
10.1. MÍDIA E SISTEMA PENAL	1483
10.2. ANÁLISES CRIMINOLÓGICAS CONCRETAS. RACISMO E SISTEMA PENAL	1484
10.3. GÊNERO E SISTEMA PENAL	1484
REFERÊNCIAS	1485